



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO RECIFE

HEMILLY SUENNY DA SILVA

A Trajetória de (auto)formação Política de Vera Regina Baroni no Brasil

RECIFE

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO ACADÊMICO DO RECIFE

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

HEMILLY SUENNY DA SILVA

A Trajetória de (auto)formação Política de Vera Regina Baroni no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Recife, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador(a): Raylane Andreza Dias
Navarro Barreto

Coorientador(a): Tayanne Adrian
Santana Morais da Silva

RECIFE

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do
SIB/UFPE

Silva , Hemilly Suenny da .
A Trajetória de (auto)formação política de Vera Regina Baroni no Brasil /
Hemilly Suenny da Silva . - Recife, 2024.
51 : il.

Orientador(a): Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
Coorientador(a): Tayanne Adrian Santana Morais da Silva
(Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e
Ciências Humanas, História - Licenciatura, 2024.
Inclui referências, apêndices.

1. Formação Política . 2. Direitos Humanos . 3. Mulheres Negras . 4. Vera
Baroni . I. Barreto, Raylane Andreza Dias Navarro . (Orientação). II. Silva ,
Tayanne Adrian Santana Morais da. (Coorientação). IV. Título.

900 CDD (22.ed.)

HEMILLY SUENNY DA SILVA

A Trajetória de (auto)formação Política de Vera Regina Baroni no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Recife, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em História.

Aprovado em: 16/10/2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 RAYLANE ANDREZA DIAS NAVARRO BARRETO
Data: 18/02/2025 07:12:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o. Dr. Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Documento assinado digitalmente
 TAYANNE ADRIAN SANTANA MORAIS DA SILVA
Data: 20/02/2025 16:55:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o. Ma. Tayanne Adrian Santana Moraes da Silva (Co-orientador)

Documento assinado digitalmente
 ANDRE MENDES SALLES
Data: 13/02/2025 07:45:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o. Dr. André Mendes Salles (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Documento assinado digitalmente
 GRACIELE MARIA COELHO DE ANDRADE GOMES
Data: 17/02/2025 18:16:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o. Dr. Graciele Maria Coelho de Andrade Gomes (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico a todas as mulheres negras brasileiras, e especialmente à minha mãe, Joana D'arc, cujo apoio constante tem sido fundamental na minha jornada. E à minha avó Cecília, que me olha de onde estiver, minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

De todo o amor que eu tenho, metade foi vocês que me deram." Adaptando a letra de "Dona Cila", de Maria Gadú, essas palavras traduzem meus sentimentos mais profundos. Sou imensamente grata à minha família, especialmente à minha mãe, Joana D'arc, à minha tia, Edileuza Maria, e à minha prima-irmã, Tamiris Karoline. Minha gratidão também alcança minha avó Cecília, que, de onde estiver, ilumina e protege meu caminho. O amor e o apoio de vocês foram fundamentais em cada etapa da minha trajetória.

Aos meus amigos, que compartilharam risos e me incentivaram nos momentos mais desafiadores, tornando os dias dentro e fora dos muros da universidade mais leves.

A minha gata Dorinha, cuja presença fiel foi um conforto incrível durante as noites de escrita.

Uma menção especial à minha orientadora, Raylane, por acreditar em meu potencial desde 2022 e por sua contínua orientação ao longo da minha jornada acadêmica. Seu apoio foi fundamental para moldar este trabalho.

Por fim, agradeço à minha coorientadora, Tayanne, pela generosidade em compartilhar suas perspectivas e por me ajudar a desenvolver a escrita deste projeto.

RESUMO

Assim como muitas ativistas negras brasileiras, a trajetória de luta política da carioca Vera Regina Baroni (1945) permanece relativamente desconhecida no país, apesar de sua significativa atuação. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo analisar sua formação política como feminista negra, ativista dos direitos humanos, yabassé, advogada sanitária e coordenadora da Rede de Mulheres de Terreiro de Pernambuco, buscando entender sua jornada de luta desde a juventude até os dias atuais. A metodologia esteve ancorada na pesquisa bibliográfica e na pesquisa documental, a exemplo de prontuários e processos de indenização contidos no acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, em Pernambuco (APEJE). O referencial teórico dialoga com as obras de bell hooks (2019) Lélia Gonzalez (1984), Sueli Carneiro (1985; 2005; 2011) e Grada Kilomba (2019), sendo fundamentais no sentido de promover reflexões que levem em conta as imbricações entre raça, classe, gênero e as dinâmicas de poder que influenciam as experiências das mulheres negras no Brasil. Os resultados destacam a resistência contínua de Vera Regina Baroni e sua significativa contribuição para a luta contra a repressão durante o Regime Civil-Militar. Sua atuação foi marcada pela defesa dos direitos humanos, especialmente das mulheres negras e das camadas populares, articulando a militância política com a organização de movimentos de base.

Palavras-chave: Formação Política; Direitos Humanos; Mulheres negras; Vera Baroni.

ABSTRACT

Like many Black Brazilian activists, the political struggle of Rio de Janeiro native Vera Regina Baroni remains relatively unknown in the country, despite her significant contributions. This work aims to analyze her political formation journey as a Black feminist, human rights activist, yabassé, public health lawyer, and coordinator of the Network of Women from Terreiro in Pernambuco, seeking to understand her fight from her youth to the present day. The methodology was grounded in bibliographic and documentary research, such as records and compensation processes found in the collection of the State Public Archive of Jordão Emerenciano in Pernambuco (APEJE). The theoretical framework engages with the works of bell hooks (1989), Lélia Gonzalez (1984), Sueli Carneiro (1985; 2005; 2011), and Grada Kilomba (2019), which are essential for promoting reflections that consider the intersections of race, class, gender, and the power dynamics influencing the experiences of Black women in Brazil. The results highlight Vera Regina Baroni's ongoing resistance and her significant contribution to the fight against repression during the military dictatorship. Her activism was marked by the defense of human rights, especially for Black women and the lower classes, articulating political activism with the organization of grassroots movements.

Keywords: Political formation; Human rights; Black women; Vera Baroni.

LISTA DE ABREVIações

APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
ANAMPOS	Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CEBs	Comunidade Eclesiais de Base
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FMPE	Fórum de Mulheres de Pernambuco
JOC	Juventude Operária Católica
MEB	Movimento de Educação de Base da Igreja Católica
SOS CORPO	Instituto Feminista para a Democracia
SINDSPREV-PE	Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Estado de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
3	METODOLOGIA	18
4	A TRAJETÓRIA DE VERA BARONI	20
5	CONSIDERADA SUBVERSIVA	27
6	A MILITÂNCIA EM PERNAMBUCO	32
7	MOVIMENTO NEGRO FEMINISTA	36
8	O REENCONTRO COM A ANCESTRALIDADE E A REDE DE MULHERES DE TERREIRO	40
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	47
	APÊNDICES	51

1 INTRODUÇÃO

“Nossos passos vêm de longe”
- Jurema Werneck, 2010
-

Embora historiadoras como Mary Del Priore e Ana Maria Colling tenham dedicado atenção às trajetórias de mulheres no Brasil em diferentes contextos, quando se trata das vivências das mulheres negras, o campo de pesquisa, apesar de promissor, ainda carece de maior aprofundamento. A imagem dessas mulheres foi construída ao longo dos séculos ainda vinculado a um imaginário colonial, em que suas histórias raramente são apresentadas como fruto de lutas e de articulações políticas de resistência.

Conforme bell hooks (1995, p. 468), a construção desse imaginário se baseia na concepção de que a combinação de sexismo e racismo cria uma representação das mulheres negras que reforça, na consciência cultural coletiva, a ideia de que elas existem principalmente para servir aos outros. Na visão da autora, para a mulher negra, o desafio é ampliado pela interseção da opressão de gênero com o racismo, dado que intensifica o processo de marginalização dos sujeitos femininos negros e torna ainda mais difícil o reconhecimento e a valorização de suas contribuições.

É resistindo a essa marginalização que se põe Vera Regina Paula Baroni. Nascida em 1945, no Rio de Janeiro, Vera forjou-se uma militante dedicada à defesa dos direitos das mulheres negras e ao combate ao racismo, com atuações significativas em diversos movimentos sociais e instituições, incluindo a participação na fundação do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Estado de Pernambuco (Sindsprev-PE)¹.

Em sua trajetória, Vera teve dedicado-se ao campo da saúde, como técnica de enfermagem e advogada sanitária, e à sua militância em diversas frentes, a exemplo de sua atuação como Conselheira no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), criado em 2003 através da Lei 10.678 com o propósito de, no âmbito nacional, propor políticas de promoção da igualdade racial, especialmente para a população negra.

¹ Em março de 1989, o Sindsprev foi fundado durante uma movimentada assembleia no Plenarinho da Câmara Municipal do Recife, onde também foi eleita a primeira diretoria provisória. O registro do sindicato foi custeado a partir de doações de ONGs.

A atuação de Vera junto ao conselho aconteceu por meio da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, criada em 2000 com o intuito de fortalecer a participação nas lutas em um cenário nacional e internacional. Além disso, Vera Baroni atua ainda hoje junto a Rede das Mulheres de Terreiro de Pernambuco² e a Uiala Mukaji — Sociedade das Mulheres Negras de Pernambuco³. Exemplos que ilustram a resistência e a organização política por parte dessa mulher.

Suas realizações, no entanto, só recentemente começaram a ser reconhecidas, como evidenciado pelo recebimento do título de cidadã recifense e a medalha de mérito Olegária Mariano⁴, em 2021. Essa iniciativa foi proposta por outra mulher, a vereadora e professora Liana Cirne, também advogada, o que ressalta questões significativas sobre a dinâmica de reconhecimento no contexto das lutas femininas. Embora essa concessão represente um avanço importante, ela também evidencia a urgência de uma maior presença feminina em posições de destaque, capazes de valorizar e reconhecer as contribuições de suas semelhantes.

Esse contexto se insere em um cenário mais amplo em que, apesar da formalização do direito ao voto e da candidatura feminina em 1932, a participação das mulheres na esfera política ainda hoje enfrenta diferentes barreiras — frutos de uma sociedade de raízes androcêntricas —, o que impacta diretamente na formulação de políticas públicas voltadas para esse grupo. Essa sub-representação afeta e restringe principalmente o atendimento de demandas elencadas pelas mulheres nas áreas de saúde, educação, empregabilidade e segurança, além de limitar a criação de um debate mais plural, sobretudo se levar em conta as vivências de mulheres negras.

Dessa forma, cabe apontar que a invisibilidade histórica dessas mulheres se conecta ao debate sobre a produção do conhecimento no Brasil. Gomes (2010), em seu trabalho intitulado “Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira”, enfatiza que a produção intelectual realizada por intelectuais negros é fundamental para a descolonização do saber acadêmico.

² A Rede de Mulheres de Terreiro de Pernambuco, fundada em 2005 por Iyá Maria Helena Sampaio Oyá Tundê no Ilê Obá Aganjú Okoloyá, foi criada com a missão de fortalecer e afirmar a identidade das mulheres de terreiro. Essa rede também se dedica a promover ações de impacto social e a combater o racismo religioso, contribuindo para a valorização das tradições afro-brasileiras e a defesa dos direitos dessas mulheres em um contexto de resistência cultural e religiosa.

³ A Uiala Mukaji é uma organização formada por Mulheres Negras de Pernambuco que se dedicam ao fortalecimento do empoderamento feminino no estado e nas atividades de defesa dos direitos sociais.

⁴ A Medalha de Olegária Mariano é uma honraria concedida pela Câmara Municipal do Recife para reconhecer personalidades que se destacam nas atividades políticas, culturais, científicas e sociais.

Esse movimento busca reconhecer e valorizar as contribuições dos grupos historicamente marginalizados, incluindo suas experiências e perspectivas únicas.

O encontro com o objeto de pesquisa foi profundamente influenciado pela minha participação no projeto de iniciação científica “A relação entre mulheres, educação e regime político autoritário no Nordeste brasileiro (1964-1979)”, coordenado pela professora do Centro de Educação da UFPE, Raylane Andreza Dias Navarro Barreto. A experiência nesse projeto foi determinante para minha compreensão acerca dos processos de (auto)formação, militância política e profissionalização de mulheres que vivenciaram a prisão e/ou perseguição política nos estados nordestinos durante o regime civil-militar. Ao explorar as trajetórias dessas militantes, fui sensibilizada para as dimensões históricas e subjetivas que envolvem a luta feminina contra a repressão, elementos que orientaram minha escolha de aprofundar o estudo sobre Vera Baroni. Seu nome então emergiu como um símbolo de resistência política.

Diante desse cenário, o recorte deste trabalho tem como objetivo analisar sua formação política como feminista negra, ativista dos direitos humanos, yabassé, advogada sanitária e coordenadora da Rede de Mulheres de Terreiro de Pernambuco, buscando entender sua jornada de luta desde a juventude até os dias atuais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Teoricamente, o trabalho esteve alicerçado nas principais abordagens relacionadas à interseccionalidade e às opressões de raça, gênero e classe, que oferecem elementos teóricos para a análise das trajetórias de mulheres negras, como Vera Baroni. Para tanto, foram acionadas Lélia Gonzalez (1984), Sueli Carneiro (1985; 2005; 2011), bell hooks (2019) e Grada Kilomba (2019), cujas perspectivas são fundamentais para compreender como as opressões se entrelaçam e moldam as experiências dessas mulheres.

A perspectiva da interseccionalidade, formalizada por Kimberlé Crenshaw em 1989, é uma abordagem essencial para entender a complexidade das múltiplas opressões que afetam as mulheres negras. Segundo Collins (2019), a interseccionalidade

[...] afirma que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade são mutuamente constitutivos e moldam as experiências das mulheres negras e, por sua vez, são formadas por elas (COLLINS, 2019, p. 460).

No entanto, antes da formalização desse conceito, intelectuais brasileiras como Lélia Gonzalez (1984) e Sueli Carneiro (1985) já se valiam de lente crítica semelhante em suas análises sobre a exclusão das mulheres negras das pautas feministas e no próprio movimento negro.

Lélia Gonzalez, em seu ensaio “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984), argumentava que o racismo, derivado do colonialismo, perpetua uma opressão tripla — racial, sexual e socioeconômica — que incide com maior força sobre as mulheres negras. A autora destaca a necessidade de uma abordagem que considere essas opressões simultaneamente, para entender a marginalização enfrentada por essas mulheres. Sua análise revela como as intersecções entre classe, raça e gênero são sustentadas pelas estruturas capitalistas, o que reforça a exclusão das mulheres negras nos âmbitos social, político e econômico.

Sueli Carneiro, em seus trabalhos "Mulher negra: Política governamental e a mulher" (1985) e "Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil" (2011), complementa essa discussão ao evidenciar as consequências da intersecção entre racismo e sexismo na vida das mulheres negras no Brasil. Carneiro demonstra que, em comparação com as mulheres brancas, as mulheres negras enfrentam maiores

dificuldades no acesso à saúde, à educação e ao mercado de trabalho, além de estarem em uma posição de maior vulnerabilidade social. Segundo a autora (2011),

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não têm dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. (CARNEIRO, 2011, n.p.)

Além disso, Sueli Carneiro, em sua tese de doutoramento em filosofia intitulada "A construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser" de 2005, explora o conceito de epistemicídio, inspirado por Boaventura de Sousa Santos. Ela analisa como os processos de deslegitimação do conhecimento sobre o Outro resultam em sua transformação em uma "coisa-que fala". Carneiro caracteriza o epistemicídio como um mecanismo que sequestra, rebaixa ou até assassina a razão, destacando o papel da educação na reprodução de estruturas de poder que inferiorizam as pessoas negras como sujeitos do conhecimento.

Para a filósofa, essa dinâmica é particularmente evidente nas universidades, onde se observa uma forma contemporânea de epistemicídio. Em que deslegitima o pensamento do ativismo negro como uma fonte válida de conhecimento sobre a experiência negra. Em contraste, o discurso de brancos sobre as questões negras é frequentemente aceito e valorizado, perpetuando uma lógica de dominação e desinformação que marginaliza saberes fundamentais oriundos da luta e vivência dos sujeitos negros.

Compartilha do mesmo pensamento a teórica portuguesa Grada Kilomba ao refletir sobre a epistemologia como ponto central para entender como as estruturas de poder influenciam a produção de conhecimento:

1. (os temas) quais temas ou tópicos merecem atenção e quais questões são dignas de serem feitas com o intuito de produzir conhecimento verdadeiro.
2. (os paradigmas) quais narrativas e interpretações podem ser usadas para explicar um fenômeno, isto é, a partir de qual perspectiva o conhecimento verdadeiro pode ser produzido.
3. (os métodos) e quais maneiras e formatos podem ser usados para a produção de conhecimento confiável e verdadeiro (Kilomba, 2008, p.05).

Nesse sentido, a partir das análises feitas por bell hooks e Grada Kilomba, é possível entender a trajetória de figuras como Vera Baroni a partir do conceito de transição de "objeto" para "sujeito". Isto porque bell hooks (2019) discute como as mulheres negras, historicamente posicionadas como "objetos" pelas estruturas patriarcais e racistas, devem se apropriar de suas próprias narrativas para se tornarem "sujeitos" de suas histórias. Da mesma forma Grada Kilomba, em "Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano" (2019), fruto de sua tese de doutorado, em que reforça essa ideia ao afirmar que tornar-se sujeito é uma "obrigação moral" para as mulheres negras, sendo um passo essencial para a reapropriação e transformação das narrativas que lhes foram negadas ou distorcidas ao longo da história.

Ao analisar a trajetória de Vera Baroni, militante política negra que se destacou na luta contra as desigualdades sociais e raciais, o referencial aqui construído fornece uma base teórica para compreender como a militância e a educação não-formal contribuíram para sua formação como líder. Gohn (2006) define a educação não-formal como processos de aprendizagem que ocorrem "no mundo da vida", em espaços coletivos como comunidades e movimentos sociais. Esses processos se constroem por meio do compartilhamento de experiências, especialmente em ações cotidianas e coletivas, nas quais a participação ativa e a troca de saberes são elementos centrais e intencionais.

Embora a educação não-formal compartilhe com a educação formal o objetivo de formar cidadãos críticos e conscientes, ela vai além ao incorporar finalidades próprias, que surgem das especificidades dos espaços e formas onde ocorre. Em ambientes como conselhos comunitários ou movimentos sociais, os participantes não apenas constroem conhecimentos, mas também desenvolvem práticas que promovem a justiça social e combate às discriminações (Gohn, 2006).

Dessa forma, diferente da educação formal, que ocorre em locais com regras e normas estabelecidas, a educação não-formal se desenvolve em contextos mais livres e de forma em que os indivíduos mantêm laços interativos mais fortemente estruturados. Nesses espaços, a participação pode ser influenciada por diferentes fatores da vida de cada indivíduo, como a cultura, a história e as relações sociais, bem como está ligada diretamente às experiências e vivências das pessoas.

Um exemplo claro da educação não-formal pode ser encontrado no movimento negro, que se utiliza de espaços fora das instituições formais de ensino para promover a conscientização e a luta por igualdade racial. Para a pedagoga Nilma Lino Gomes (2017), em seu livro intitulado "O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação", o movimento negro assume um papel importante no processo educativo ao produzir saberes emancipatórios para a população negra acerca das questões raciais no Brasil. Para a autora, a criação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas, por exemplo, pode ser entendido como resultado de anos de luta e mobilização do Movimento Negro, assim como tantas outras ações e movimentos, tais como a implantação das ações afirmativas que demonstra sua atuação junto a construção de políticas públicas educacionais. Assim, Gomes (2017) reconhece o Movimento Negro enquanto um agente político e educativo que, ao longo do tempo, tem ensinado à sociedade brasileira a combater as desigualdades raciais.

Considerando que muitos desses sujeitos enfrentam barreiras para acessar ou permanecer em instituições formais, como escolas e universidades, a educação não-formal oferece uma alternativa que respeita e incorpora suas experiências e culturas. Além do exposto, vale ressaltar que o conceito de "formação" proposto por Pierre Dominicé (1988) foi essencial para compreender a trajetória formativa de Vera Baroni.

Para Dominicé, a formação de um indivíduo não se restringe ao âmbito formal das instituições de ensino, mas é profundamente moldada pela cultura, pelo ambiente social e, sobretudo, pelas vivências e experiências acumuladas temporalmente. Nesse sentido, "os adultos formam-se por intermédio das relações interpessoais, das experiências factuais e culturais, e dos contextos e acontecimentos que atravessam os seus percursos de vida" (Dominicé, 1988, p. 61). Ele argumenta que toda experiência pode se transformar em aprendizado, desde que seja internalizada por meio da reflexividade — um processo no qual o indivíduo reflete sobre suas ações, conferindo-lhes sentido e integrando-as à sua trajetória de formação.

Essa compreensão dialoga com as ideias de Maria da Glória Gohn (2006) sobre a educação popular, que ressalta a importância das práticas educativas que ocorrem fora do ambiente escolar, especialmente em espaços de luta e resistência. Para Gohn, a formação política e social, especialmente entre as mulheres militantes,

ocorre de maneira significativa nesses espaços, onde as experiências de vida e as relações coletivas contribuem para o desenvolvimento de uma consciência crítica e para a construção de novos saberes. Assim, tanto Dominicé quanto Gohn reforçam a importância das experiências vividas como um elemento central na formação dos indivíduos, apontando que a trajetória de Vera Baroni pode ser vista como um processo contínuo de aprendizagem, moldado por suas vivências e pela participação em movimentos sociais.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho esteve baseada na pesquisa documental segundo Cellard (2008) para quem a utilização de documentos na pesquisa se justifica pela grande riqueza de informações que eles contêm, informações estas que podem ser identificadas e exploradas pelo pesquisador. Essa abordagem deve ser realizada de forma cuidadosa, pois possibilita uma melhor compreensão das realidades e contextos analisados. A busca foi realizada no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE)⁵. Dentre as fontes coligadas, foram incluídos o processo judicial de Vera Baroni, elaborado pela Delegacia de Ordem Social (DOPS) durante o Regime Civil-Militar, bem como seu processo de indenização pautado na Lei de Anistia de 1979⁶. Foram incorporadas às análises as entrevistas e matérias referentes a Vera Baroni realizadas pelo SOS CORPO — Instituto Feminista para a Democracia (2012) e pelo Laboratório Interdisciplinar Natureza, Cultura e Técnica (PPGA/UFPE) — Aye Antropologia⁷ (2023). Assim como matérias coligadas nos sites do portal de mídia Negrê, do Diário de Pernambuco e da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Em “A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil” de 1997, a historiadora Ana Maria Colling aponta para a maneira como a história da ditadura militar no Brasil, tanto em termos da repressão quanto da oposição a ela, foi escrita e narrada predominantemente sob uma perspectiva masculina. Embora mulheres tenham participado ativamente da luta pela redemocratização, suas experiências e contribuições foram, em grande parte, ignoradas ou silenciadas nos relatos históricos. Nesse sentido, pesquisar essas experiências invisibilizadas não apenas reconhece o

⁵ Agradeço a equipe de pesquisadores do APEJE pela valiosa contribuição e pela dedicação que tornaram possível o acesso às fontes essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

⁶ A Lei da Anistia (Lei nº 6.683), sancionada em 28 de agosto de 1979, concedeu perdão a pessoas envolvidas em crimes políticos ou conexos no Brasil entre 1961 e 1979. Enquanto permitiu o retorno seguro de opositores políticos exilados durante o Regime Civil-Militar, a lei também desaguou na impunidade de agentes atuantes no período autoritário, responsáveis por abusos graves, como perseguição, sequestro, tortura e assassinato.

⁷ As informações foram obtidas a partir do site <https://soscorpo.org> e do canal do YouTube Aye Antropologia.

papel central das mulheres na resistência à repressão, mas também revela a pluralidade das trajetórias femininas.

Desse modo, a temática da história das figuras femininas negras tem para mim uma importância singular. Como historiadora em formação e feminista negra, compartilho com Conceição Evaristo a ideia de que “minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra” (2017, n.p). Nesse sentido, meu interesse emerge como forma de contribuir para a recuperação e valorização das histórias dessas mulheres que têm sido, sistematicamente, apagadas ou distorcidas nas produções históricas tradicionais.

4 A TRAJETÓRIA DE VERA BARONI

Eu, mulher, negra,
RESISTO.
(Rufino, 1988, p. 14).

Figura 1: Vera Baroni recebendo o título de cidadã recifense



Fonte: Eduardo Cunha, 2023

Vera é filha de Salustiana Paula dos Santos, natural de Cachoeira, Bahia, cidade famosa por sua importância no Candomblé⁸, e de Geraldo Roberto dos Santos, de Minas Gerais. Sua mãe trabalhava como lavadeira e doméstica, enquanto seu pai era policial e já havia trabalhado como motorista de táxi. Além de Vera, o casal teve mais quatro filhos, sendo ela a mais velha. Ainda criança, aos nove anos de idade, Vera perdeu sua mãe.

⁸ A cidade de Cachoeira, localizada no Recôncavo Baiano, é um exemplo emblemático de resistência cultural e religiosa de matriz africana no Brasil. O campo religioso da cidade, assim como de toda a Bahia, é caracterizado por uma profunda influência afro-católica, que se consolidou como parte essencial da identidade local (Santana, 2012). As tradições culturais e religiosas de Cachoeira, particularmente aquelas ligadas aos terreiros de candomblé, têm resistido à modernidade, preservando suas características originais. Em reconhecimento a essa herança, diversos terreiros da cidade, tais como o Ilê Axé Icimimó Aganjú Didê, foram tombados como Patrimônio Imaterial da Bahia pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac) em 2014.

Em relação à religiosidade, desde a infância, Vera notava a movimentação discreta de sua mãe e de sua tia, sempre longe de olhares curiosos. Embora não tenha lembranças de sua mãe frequentando um terreiro, ela recorda em entrevista concedida para o Laboratório Aye Antropologia, com clareza o som suave do rádio sintonizado na estação de Átila Nunes, conhecida por dedicar toda sua programação aos cultos afro-brasileiros. Esses momentos, praticados em segredo, refletiam, e continuam a refletir, a dura realidade enfrentada pelos adeptos das religiões afro-brasileiras, sempre sujeitos à estigmas, estereótipos e toda sorte de preconceitos. Não por acaso, esse cenário conduziu, durante muito tempo, ao acionamento de táticas por partes dos afro-religiosos que visavam disfarçar o culto aos orixás por meio do sincretismo com os santos católicos e até mesmo à prática da fé de forma clandestina.

De acordo com Campos (2013), o sincretismo religioso que marca muitas casas de culto afro-brasileiro, começou como iniciativa para disfarçar os cultos de origem africana com o intuito de proteger e manter as crenças religiosas e os saberes tradicionais por parte dos escravizados. Tal tática, resultante da necessidade de resistência cultural, ainda exerce influência significativa nas religiões de matriz afro-brasileira.

Conforme veremos, já adulta, Vera reencontrou-se com a religião, retomando as tradições que marcaram sua infância, em um movimento que reafirma sua identidade. Contudo, durante a sua juventude, esteve profundamente envolvida com a Igreja Católica, dedicando-se intensamente às suas atividades. Era uma ativista comprometida com os princípios e a missão da Igreja e durante esse período, engajou-se em diversas organizações católicas, passando por praticamente todas as iniciativas e grupos que estavam em funcionamento na comunidade. Dentre estas, podem ser citadas a Comunidade Eclesiais de Base⁹, as CEBs, a Cruzada Eucarística¹⁰ e a

⁹ A princípio, o objetivo dessas comunidades não era a formação de grupos voltados à militância política. Contudo, com a chegada da Teologia da Libertação e o cenário imposto pelo Regime Civil-Militar, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) emergiram como espaços onde os leigos passaram a refletir sobre a Bíblia em diálogo com suas realidades, promovendo maior consciência sobre questões sociais e da Igreja (Schiavo, 2014, 99-101).

¹⁰ Era uma associação destinada exclusivamente às crianças, independente do gênero, do qual poderiam participar após realizar a primeira comunhão (Scarpim, 2016).

Legião de Maria¹¹. No entanto, tudo se modificou quando encontrou e se alinou aos objetivos da Juventude Operária Católica (JOC).

No Brasil, a Juventude Operária Católica foi criada com o propósito de abordar os problemas relacionados ao mundo do trabalho e de levar a religião católica aos jovens trabalhadores. De acordo com Mattos (2009), o movimento utilizava o método "Ver, julgar e Agir" para discutir e refletir sobre as questões enfrentadas pelos trabalhadores à luz do evangelho. Esse método envolvia identificar um problema, discuti-lo, analisá-lo e elaborar hipóteses para sua resolução, culminando em propostas de ação para os cidadãos católicos.

Após o Golpe de 1964, o movimento foi visto como uma ameaça pelo Regime Civil-Militar devido à sua capacidade de mobilizar e educar os jovens trabalhadores sobre questões sociais e políticas, resultando em uma perseguição sistemática que visava silenciar suas atividades (Mattos, 2009).

De acordo com o que pôde ser entendido a partir da entrevista concedida à SOS Corpo em 2012, foi durante sua participação na JOC que Vera Baroni começou a desenvolver uma compreensão mais profunda de sua identidade e posição social. Esse envolvimento conduziu Vera a uma reflexão acerca de sua inserção em uma classe social trabalhadora e destacou a discrepância entre a realidade ao seu redor e o ideal de justiça e equidade que ela havia imaginado (Baroni, 2012).

Em 1962, ainda na adolescência e movida pelo desejo de promover a educação de grupos marginalizados, Vera iniciou o trabalho com a alfabetização de adultos, marcando o começo de sua extensa trajetória no ativismo social. Nesse período, todos os domingos Vera estava nas missas realizadas no Sion, um colégio localizado no Rio de Janeiro que possuía um ensino voltado exclusivamente para a educação de meninas da elite carioca. Ao final dessas missas existia uma "espécie de catecismo, uma espécie de orientação para jovens pobres" (Baroni, 2012). E ao descobrir a existência das escolas radiofônicas conversou com irmãs do Sion, e conseguiu a liberação de uma sala para alfabetização dos adultos da classe trabalhadora (Baroni, 2012; 2023).

Ainda em 1962, Vera, aos 17 anos, começou então a atuar como monitora de uma turma de alfabetização de jovens e adultos por meio do rádio, utilizando o método

¹¹ A Legião de Maria é uma associação de leigos católicos, sob a proteção e intercessão de Nossa Senhora e com a aprovação da Igreja. Os legionários têm por objetivo anunciar o Evangelho e através desse anúncio buscar a santificação pessoal e daqueles ao qual se dá o anúncio (CNBB, 2021).

pedagógico desenvolvido por Paulo Freire, que consistia em utilizar como forma de alfabetização as experiências e a realidade do cidadão (Silva, 2022). Vera ministrava aulas em uma turma de 60 alunos, composta majoritariamente por nordestinos e nordestinas que trabalhavam na construção civil ou como domésticas (Baroni, 2023). Esses alunos, em sua maioria migrantes, eram parte de um movimento migratório significativo que ocorreu no Brasil mais intensamente nas décadas de 1950 e 1960. Neste período, o país vivenciou um intenso fluxo de pessoas do Nordeste para o Sudeste, impulsionado por fatores como a seca persistente no Nordeste que os expulsavam de suas origens, bem como devido a fatores como a urbanização e o acelerado processo de industrialização no Sudeste que os atraíam com a promessa de melhores condições de vida e trabalho (Fialho, 2021).

Vale ressaltar que a iniciativa de Vera descendia das Escolas Radiofônicas do Movimento de Educação de Base da Igreja Católica (MEB), estabelecida em 1961, na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que visava à alfabetização dos trabalhadores. Utilizando uma rede nacional de emissoras, o MEB não apenas promovia a educação básica, mas também buscava despertar a consciência social e evangelizadora entre as massas. Nos anos seguintes, após 1961, o movimento das escolas radiofônicas passou a focar na “transformação da realidade para a libertação das classes dominadas” (Fávero, 2006, p. 89).

Durante esse período de convivência com trabalhadores nordestinos, Vera aponta como os pernambucanos, especialmente aqueles oriundos da cidade do Recife, falavam com orgulho de sua cultura popular (Baroni, 2012; 2023). A militante, que já era familiarizada com as músicas nordestinas como as do paraibano Jackson do Pandeiro e do pernambucano Luiz Gonzaga, passou a se interessar ainda mais por essa região do Brasil.

Ficava admirada especialmente com a forma como o pernambucano falava de sua terra, da saudade que sentia das manifestações e do fazer cultural. No Rio de Janeiro, terminavam isolados nas obras, eram desrespeitados, chamados de paraíba. Na escola, se sentiam bem (Baroni, 2023).

Além disso, junto a seu trabalho de alfabetização, Vera ajudou a fundar um clube com intuito de oferecer atividades de lazer aos alfabetizados que careciam dessas opções de entretenimento. Durante a sua atuação, Vera viu o preconceito se manifestar quando pais de alunas do Sion expressaram descontentamento com a

proposta, alegando que as crianças de elite não deveriam compartilhar o mesmo espaço educacional que os empregados.

Esse episódio revela as tensões raciais que permeiam a sociedade brasileira e que também marcaram a trajetória educacional de Vera. Seu percurso na educação básica no Colégio do Educandário Ruy Barbosa, entre 1959 e 1965. Posteriormente, já estabelecida em Recife, fez o curso de Técnico em Auxiliar de Enfermagem na Faculdade Nossa Senhora das Graças da Universidade de Pernambuco, de 1971 a 1972. No mesmo ano, concluiu o curso de Técnico em Enfermagem no Colégio Americano Batista, também na cidade do Recife. Em 1991, Vera graduou-se em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco. Em 1992, com 47 anos, ela fez uma especialização em Direito do Trabalho na mesma universidade e continuou seus estudos com uma especialização em Relações do Trabalho e Negociações na Universidade de Pernambuco, de 1993 a 1994. Mais tarde, entre 1999 e 2000, completou uma especialização em Direito Administrativo e Constitucional na Universidade Federal de Pernambuco.

Entre 2002 e 2004, Vera Baroni fez uma especialização em Direitos Humanos na Universidade Federal da Paraíba. Durante esse período, ela enfrentou episódios recorrentes de racismo nos ambientes acadêmicos. Vera narra que frequentemente ouviu comentários racistas e termos problemáticos, segundo ela como “denegrir” por parte de alguns professores, e que se empenhou ativamente em confrontar e contestar essas atitudes.

Entre os anos de 2005 e 2006, Vera concluiu a especialização em Saúde Coletiva na Universidade Federal da Bahia. Vera Baroni escolheu a área da saúde por desejar um campo profissional que lhe permitisse atuar em qualquer parte do Brasil. Essa decisão dialoga com sua trajetória de militância, marcada por sua passagem por diferentes estados. (Baroni, 2012; 2023)

Em uma entrevista concedida em 2024 ao Laboratório Interdisciplinar Natureza, Cultura e Técnica (PPGA/UFPE) - Aye Antropologia, ela contou que nesta instituição coordenava um projeto junto à ANVISA e tinha como tema da pesquisa a situação de saúde dos imigrantes irregulares, com um foco particular nas experiências de discriminação enfrentadas por esses imigrantes, especialmente os negros, ao desembarcarem no Porto do Recife. Motivada pelo desejo de investigar essas questões, Vera se matriculou na especialização com a intenção de realizar uma

pesquisa sobre essa situação. No entanto, seu tema de pesquisa gerou conflitos devido ao seu enfoque racial, levando-a a modificar o assunto de sua investigação (Baroni, 2023).

O relato de Vera sobre os desafios encontrados durante a produção de sua pesquisa ilustra de maneira concreta a perspectiva apresentada por Grada Kilomba em seu livro “Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano” (2008). A autora argumenta que o ambiente acadêmico não é um espaço neutro, mas sim um contexto dominado por valores e normas brancas, onde o privilégio de expressão tem sido historicamente negado às pessoas negras e não-brancas (Kilomba, 2008, p. 50). Segundo a autora, trabalhos que abordam o racismo cotidiano muitas vezes são considerados interessantes, mas não científicos, com suas abordagens sendo vistas como excessivamente subjetivas e seus resultados desqualificados enquanto conhecimento válido cientificamente.

Esse cenário é uma manifestação da colonialidade do saber, um conceito trabalhado pelo sociólogo peruano Quijano (2000), que se refere à persistente influência do colonialismo na forma como o conhecimento é produzido e valorizado no mundo moderno. Essa estrutura epistêmica privilegia o saber ocidental, enquanto marginaliza ou subordina outras formas de conhecimento, especialmente aquelas oriundas de povos colonizados, como as pessoas negras em diáspora — e aqui destacamos as mulheres. Isto porque, historicamente, os saberes produzidos por essas mulheres foram desvalorizados e relegados à periferia do discurso acadêmico, refletindo a hierarquia de poder imposta pelo colonialismo. Assim, a experiência de Vera e as observações de Quijano e Kilomba evidenciam como a colonialidade do saber continua a influenciar o (não)reconhecimento e a (des)valorização de conhecimentos não-brancos no ambiente acadêmico.

Como consequência, muitos estudantes negros precisam modificar seus projetos de pesquisa para poderem prosseguir em suas trajetórias acadêmicas, tal qual ocorreu com Vera Baroni. Atualmente há uma maior abertura no meio acadêmico para trabalhar temas ligados às relações raciais e à história da população negra, com maior apoio institucional e orientadores mais engajados nessas questões. No entanto, ainda existem barreiras em alguns casos, expressos nas resistências em áreas mais conservadoras ou na falta de recursos específicos para o desenvolvimento das pesquisas.

Essa foi apenas uma das muitas batalhas enfrentadas por Vera. No capítulo seguinte, analisaremos sua trajetória na resistência à Ditadura Civil-Militar, apesar das inúmeras adversidades, como repressão e perseguições de aliados, Vera Baroni permaneceu firme em sua luta por justiça social.

5 CONSIDERADA SUBVERSIVA

Num tempo
Página infeliz da nossa história
Passagem desbotada na memória
Das novas gerações.
- Chico Buarque de Holanda

Em meados de 1964, o conceito de subversão já estava profundamente enraizado no Brasil, amplificado por um forte sentimento anticomunista. A ascensão do Regime Civil-Militar marcou o início de um sistema repressivo complexo, instituído sob a bandeira da Segurança Nacional, que visava não apenas reprimir a subversão, mas também prevenir qualquer atividade considerada perturbadora da ordem. Nesse contexto, o conceito de subversão se expandiu além dos limites aqui já delimitados.

Rodrigo Patto Sá Motta (2021), analisa como, ao longo do século XX, os comunistas foram associados a conceitos de desordem moral e social, sendo frequentemente retratados como agentes de decadência, perversão e até como figuras demoníacas e anticristãs. A imagem do comunista subversivo foi construída como uma ameaça não apenas política, mas também moral.

Ao contrário das eras colonial e imperial, quando os alvos eram predominantemente os pobres e marginalizados, o Regime Civil-Militar passou a identificar como subversivos também indivíduos da classe média, como estudantes universitários, intelectuais, artistas, e até religiosos e trabalhadores de diversos setores (Barbosa, 2012). Essa ampliação do escopo da repressão evidencia a crescente preocupação do regime em sufocar qualquer forma de oposição, independentemente da origem econômica e social dos envolvidos.

Durante esse período, como bem apontamos, Vera Baroni já estava envolvida com a Juventude Operária Católica (JOC). Em um dos domingos dançantes promovidos para os trabalhadores participantes do projeto de alfabetização mencionado anteriormente, ela conheceu o Padre Operário francês Paul Gauthier¹², que a convidou para conhecer seu projeto. Em 1966, após duas semanas conhecendo a comunidade no Espírito Santo, Vera mudou-se para Vitória (ES) para integrar a Comunidade "Companheiros de Jesus", que se dedicava à conscientização política durante o Regime Civil-Militar. Enquanto residia na comunidade, ela trabalhou como

¹² O Padre Operário francês Paul Gauthie foi professor em um seminário em Dijon e ficou conhecido por fundar, entre 1957 e 1958, a companhia “Companheiros e Companheiras de Jesus Carpinteiro”.

empacotadora em uma empresa de refinamento de açúcar. Pode-se inferir que, para além da luta na esfera educacional e/ou religiosa, Vera esteve no chão de uma fábrica e, com isso, precisou lidar com o cotidiano de uma trabalhadora-militante em um contexto de cerceamento das possibilidades de articulação entre trabalhadores por melhores condições de trabalho. Um entrecruzamento de ocupações que, certamente, foi ao encontro com as leituras de mundo desta mulher e ampliou seu olhar no sentido de ampliar sua visão a respeito das frentes de opressões que ela já enxergava desde o início de sua atuação na JOC, como apontado anteriormente.

Vale destacar ainda que os espaços de sociabilidade de Vera e de articulação política se dava, também, em sua própria casa. Ela compartilhava a residência com uma mulher chamada Cláudia, uma francesa que já estava familiarizada com os moradores da comunidade e abordava, ainda que com cautela, as questões relacionadas às vulnerabilidades políticas (Baroni, 2012). Em sua narrativa, Vera aponta que se "[...] vivia uma situação muito difícil, por conta da repressão, muitas pessoas foram presas" (Baroni, 2012).

De acordo com Vera Baroni (2012), após o golpe de 1964, havia uma expectativa, por parte dos militantes da Companhia de Jesus, de que o Brasil poderia experimentar uma revolta popular que levaria ao fim do Regime Civil-Militar. E em relação a esse cenário, na comunidade de jovens católicos à qual ela pertencia, havia uma divisão de opiniões sobre como se estruturaria a sociedade brasileira. Um grupo acreditava que a sociedade era pré-capitalista e que a industrialização, especialmente em São Paulo, seria um marco crucial para o país. O outro grupo, do qual Vera era partidária, sustentava que a sociedade brasileira permaneceria predominantemente agrária por um longo período, com um foco particular no Nordeste. Assim, Vera decidiu se mudar para essa região.

Em 1968, Vera Baroni, então com 23 anos, mudou-se para Recife como parte de seu trabalho de conscientização política ligada à Comunidade Companheiros de Jesus, continuando sua atuação na Comunidade Religiosa, e estabeleceu-se no bairro de Brasília Teimosa, localizado na zona sul do Recife. Posteriormente, ela deslocou-se para a Paraíba, onde residiu em Alhandra por dois anos, com o objetivo de intervir em uma região marcada por conflitos políticos. No entanto, após o assassinato do Padre progressista e professor Henrique Pereira Neto, que participava da Pastoral da Juventude em Recife, e foi morto devido a seu trabalho contra o regime ditatorial, os

vizinhos alertaram Vera e sua amiga francesa, Cláudia, que havia se mudado com ela, que corriam risco iminente que ameaçava suas vidas. Segundo Vera, à época “[...] o desejo de mudança da sociedade fazia com que a gente vivesse uma utopia tão mergulhada na realidade, tão fundamentada no evangelho, que a gente sabia que vivia num regime de exceção, mas não aquilatava o risco que corria” (Baroni, 2012).

Segundo a historiadora Ana Maria Colling (2004), as mulheres na resistência eram duplamente subversivas: desafiavam tanto a ordem estabelecida pelo regime ditatorial quanto os estereótipos de submissão e dependência impostos pela ordem patriarcal no âmbito das próprias organizações políticas em que atuavam. Vera, assim como muitas outras mulheres militantes, rompeu com essa ordem. Fosse movida por seus ideais de justiça social e/ou por sua fé segundo os preceitos católicos, o fato é que Vera tinha em pauta o risco que corria frente à perseguição perpetuada pelo Regime Civil-Militar, contudo, o desejo de mudança da realidade em que estava inserida se fazia latente e impeliu esta mulher a construir uma postura de resistência que, por vezes, se sobrepunha ao medo. Para além do cenário de repressão à massa *indigesta* e *polimorfa* de subversivos — da qual Vera tomava parte — esta mulher de cor preta se fez partícipe de comunidades cuja atuação política via na educação dos trabalhadores uma via de acesso para a redução das disparidades sociais, dado que resultou em sua detenção.

No final de 1969, durante o feriado de Finados, ela foi detida junto com um grupo de amigos e amigas que faziam parte da Pastoral da Juventude, ligada a Dom Helder (Brasil. Secretaria da Justiça do Estado de Pernambuco; Processo de Indenização Vera Baroni, 2009. p. 52), por se reunirem em uma praia para ler o Evangelho. Para o exército, a reunião de oito ou nove pessoas já poderia ser considerada um ato subversivo. Naquele período, um dos amigos presentes, de nome "João", que em 1971 tornou-se seu marido quando Vera residia no Recife, tinha acabado de retornar à cidade, e todos decidiram se encontrar na praia denominada Maria Farinha, localizada no município de Paulista (PE).

Vera e seu grupo de amigos encontraram um local, conversaram com o responsável e explicaram serem católicos planejando passar o feriado na praia para acampar e ler o evangelho. Mais tarde, o grupo foi cercado por soldados que, sob a alegação de serem um grupo de subversivos, confiscaram os seus pertences e os levaram para a delegacia.

O delegado, por sua vez, não quis mantê-los e os transferiu para a Polícia Civil, que também recusou e encaminhou o grupo para o DOPS, localizado na Rua da Aurora, na cidade do Recife. Eles permaneceram lá de maneira incomunicável e sob intensa pressão psicológica, embora não tenham sofrido violência física. Vera narra, inclusive, que "[...] eles não nos deixavam em paz nem no sanitário. Colocaram um enorme espelho, que os permitia nos observar, sem sabermos... só depois no segundo dia de prisão foi que percebi o espelho. Foi horrível" (Brasil. Secretaria da Justiça do Estado de Pernambuco; Processo de Indenização Vera Baroni, 2009. p. 52).

Durante a prisão, os policiais realizaram uma busca minuciosa em seu apartamento e a levaram para acompanhar a averiguação, sem informar aonde iriam ou o que iriam fazer. Segundo ela:

Pensei que eles iriam me matar, me colocaram no camburão e quando eu vi que a intenção deles era vasculhar o apartamento, meu pavor aumentou mais ainda, pois lá existia uma carta que comprometeria muitas pessoas... o maior desespero de alguém é ficar apavorada e ter que disfarçar o terror, porque eles poderiam desconfiar de algo. Era um desespero duplo. Até hoje tenho dificuldades em escrever cartas. Acho que isso se deve a esse episódio (Brasil. Secretaria da Justiça do Estado de Pernambuco; Processo de Indenização Vera Baroni, 2009. p. 52).

A violência que atingiu a Vera, conforme pode-se evidenciar no trecho citado, ainda hoje permeia sua existência. Ainda que tenha uma formação acadêmica diversa, o ato de escrever uma carta — que a princípio pode ser considerado um ato mais “simples” para um acadêmico — suscita memórias dolorosas e que desvelam o “desespero duplo”, conforme as palavras de Vera, de ter a si e aos seus companheiros de luta diante de uma situação de vulnerabilidade que colocavam seus corpos em uma balança cujo autoritarismo ditava os pesos e as medidas. Contudo, sem obliterar esse cenário, há que se considerar que a prisão, a vigilância constante e a violência sofrida por ela e seus companheiros de luta, não a afastaram da militância política, pelo contrário, conferiram-lhe maior impulso para persistir na luta por um país mais justo e democrático.

Essa situação enfatiza a contradição entre o discurso cristão hegemônico e a perseguição de segmentos religiosos que atuavam politicamente em prol dos mais vulneráveis durante o Regime Civil-Militar. A militância dentro na Igreja, especialmente pela ala progressista, era vista como uma ameaça pelos militares, apesar de o Brasil ser majoritariamente cristão. A questão central aqui é o caráter subversivo dessas

leituras quando vinculadas a grupos que promoviam a organização popular, crítica ao sistema e apoio às classes trabalhadoras, configurando uma resistência ao regime.

Portanto, não era a leitura do evangelho em si que incomodava as autoridades, mas sim o potencial revolucionário que emergia desses espaços de discussão coletiva. A Igreja, ao mesmo tempo em que legitimava o regime por parte de seus setores conservadores, também servia de abrigo para resistências, sendo essas iniciativas fortemente reprimidas. O fato de se reunir para ler o evangelho, quando integrado a uma prática política de contestação, era interpretado como um ato subversivo, pois colocava em cheque a ordem estabelecida e se aliava a outros grupos considerados perigosos ao status quo.

Por sua narrativa, pode-se inferir que essas experiências em vez de desmobilizá-la, intensificaram seu compromisso e a conduziram a um novo ciclo de militância e formação, agora orientados especificamente pela defesa dos direitos da população feminina e negra. É dessa forma que, anos mais tarde, Vera se candidatou a vereadora em 1988, no período de redemocratização e em 2002 para Deputada Federal, ambos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com o objetivo de garantir que uma mulher negra tivesse seu espaço na história. Em 1988, apesar de obter uma votação expressiva, seus votos acabaram contribuindo para a eleição de outro candidato, de nome João Paulo, devido a fatores relacionados à matemática eleitoral. Já em 2002, complicações com o material de campanha prejudicaram significativamente sua candidatura.

6 A MILITÂNCIA EM PERNAMBUCO

“Quando a mulher negra se movimenta,
toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”

- Ângela Davis (2017, n.p)

No fim dos anos 1970 e início dos 1980, o Brasil passou por um período crítico em sua história política, com uma crescente mobilização social desafiando o Regime Civil-Militar. Esse período foi profundamente influenciado pelo cenário de repressão iniciado já em 1964, mas intensificado com o Ato Institucional nº 5 (AI-5) considerado o mais duro dentre os 17 atos institucionais desde o golpe de 1964. Esse ato ampliou os poderes do Estado para reprimir a oposição, instaurando censura à imprensa, aperfeiçoando os sistemas de segurança e informação, e institucionalizando a tortura como política de Estado. Apesar da brutal repressão, esse momento foi marcado por um intenso engajamento dos movimentos sociais, fundamentais na luta pela democratização e pelo fim do regime autoritário.

As condições de vida deterioradas da classe trabalhadora sob o Regime Civil-Militar agravaram-se ainda mais devido à negligência do governo em relação à situação da classe trabalhadora. As reformas de base projetadas pelo governo de João Goulart (1919-1976), foram duramente interrompidas pelos civis e militares do Regime instaurado em 1964 e, dentro desse cenário, permaneceram os salários baixos, condições de trabalho e de vida precárias, assim como se enraizou uma política de governança autoritária e empresarial que relegava à classe trabalhadora, grosso modo, a responsabilidade de trabalhar e calar. Qualquer tentativa de protesto por melhorias sociais ou salariais era brutalmente reprimida (Oliveira, 1987, p. 28).

Assim, foi impulsionado a formação de movimentos de base que desse conta da defesa de condições dignas de existência às classes empobrecidas, exigindo, sobretudo, democracia, participação cidadã e avanços em políticas públicas nas áreas de saúde, moradia, assistência social e saneamento. Além da luta pela anistia de exilados e presos políticos, em especial a partir do final de 1970 e início de 1980, houve um forte protagonismo de mulheres com vínculos diretos com presos(as) e desaparecidos(as) políticos(as), como mães, irmãs e companheiras. Nesse período, há também uma forte atuação da luta em bairros periféricos, onde mulheres reivindicavam a criação de creches para que pudessem trabalhar, e onde

comunidades locais exigiam melhorias no transporte público e na infraestrutura de saúde. (Ferreira, 2012)

Entre os movimentos sociais, o sindicalismo em Pernambuco destaca-se por sua singularidade em relação a outras regiões do Brasil. Enquanto em muitos estados as lideranças sindicais eram predominantemente oriundas do setor industrial, em Pernambuco as mobilizações foram lideradas por trabalhadores de setores fundamentais, como educação e saúde. A classe dos professores, por exemplo, tanto de instituições públicas quanto privadas, adotou uma postura combativa em relação ao governo, articulando suas demandas de forma organizada e incisiva. Essa dinâmica de resistência culminou na primeira greve urbana registrada no final da década de 1970, protagonizada pelos médicos residentes que surpreendeu diversos setores da sociedade e evidenciou a crescente insatisfação com as condições de trabalho e a falta de respostas do Estado (Ferreira, 2012).

A partir de 1974, essa insatisfação geral se tornou mais evidente, e a capacidade do Estado de controlar a crescente agitação social começou a enfraquecer. Nesse contexto, estava os Movimentos de Bairro lutando pela derrubada do Regime Civil-Militar. Paralelamente, os Movimentos Sociais Urbanos receberam um impulso significativo com o apoio da ala progressista da Igreja Católica de Recife (Albuquerque, 2008, p. 7).

Nesse contexto de mobilização, Vera Baroni, que já atuava à época como enfermeira, se envolveu ativamente, também, com o movimento sindical a partir de sua filiação ao Sindicato de Trabalhadores de Enfermagem, onde passou a participar da Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), criada em 1980, e cujo objetivo era assegurar que os movimentos populares e sindicais conseguissem atuar de maneira independente em prol de seus objetivos e interesses, dado que reverberou, posteriormente, na organização da construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Recife, da qual Vera também se fez presente nos encontros, disputando espaços de atuação no sindicato para fundar a Secretária de Mulheres.

Segundo Vera (2012),

Várias companheiras eram atuantes, lideranças, mas elas se batiam contra nós porque a gente defendia que tinha de haver uma secretaria de mulheres, e elas não achavam necessário. A gente brigou tanto! E a gente tinha de ir aos encontros, tinha de fazer a luta no sindicato e se afirmar como mulheres que estavam transformando a sociedade –

e isso, para nós, era ser feminista, mas tínhamos de lutar dentro das outras categorias para fortalecer aquelas mulheres que estavam lá e que nem tinham coragem de peitar os homens. Eu era dirigente sindical, então tinha peso para peitar. Eu tinha mais poder. Aí eu me aliava a algumas de outros sindicatos para a gente poder enfrentar.

Em meio a esse contexto, Vera participava ativamente das reuniões que aconteciam no Sindicato das Domésticas¹³ que ficava na Avenida Conde da Boa Vista, no Recife. Neste local ela participava também do Movimento ligado a Dom Hélder Câmara, que se chamava “Encontro dos Irmãos”¹⁴, realizado no Córrego do Jenipapo, bairro da zona norte da cidade do Recife, onde morava na época.

Durante o período em que residia no Córrego do Jenipapo, há que se ressaltar, a região carecia de hospitais, farmácias ou qualquer outra estrutura para atender às necessidades de saúde da população. Naquela época, Vera trabalhava de enfermeira no Hospital da Restauração, localizado na Avenida Governador Agamenon Magalhães, também no Recife, e sua casa se tornou um ponto de referência crucial para a comunidade. Como bem aponta em sua narrativa, a partir dessa experiência, ela passou a ser vista “como uma referência de saúde no bairro” (Baroni, 2012, p.18). Devido à falta de serviços de saúde na área, sua residência passou a funcionar quase como um posto de saúde informal, onde os moradores frequentemente recorriam para perguntar quais medicamentos tomar e para fazerem curativos.

Esse processo, pode-se inferir, teve um papel importante na formação política de Vera. O trânsito entre associações, movimentos populares, sindicatos e secretarias, o contato com militantes de diversas frentes de luta, sobretudo com mulheres negras que, resguardadas as especificidades de suas trajetórias, resguardavam similitudes com as experiências de luta de Vera Baroni, nos permite refletir sobre como os espaços fora dos muros das instituições formais de ensino forjaram essa mulher. No entanto, essa trajetória de educação não-formal por parte dessa mulher por certo não despreza sua formação institucional, pelo contrário, se alia ao universo acadêmico que, a partir da leitura que se tece nesta pesquisa, muniu a militante de conhecimentos primeiro na educação básica e na área da saúde e,

¹³ Criada em 1979, durante a resistência ao Regime Civil-Militar e a luta pelos direitos dos trabalhadores, a Associação das Empregadas Domésticas do Recife buscava o reconhecimento oficial da profissão e a garantia dos direitos das trabalhadoras domésticas.

¹⁴ O movimento “Encontro dos Irmãos”, fundado em 1969, tinha uma abordagem popular voltada para estreitar os laços entre a Igreja e as comunidades carentes situadas nas periferias.

posteriormente, no Direito, conhecimentos estes que conduziram a um maior entendimento acerca de áreas essenciais à vida humana em uma sociedade que se almejava democrática, notadamente a educação, a saúde e a garantia legal de condições dignas de existência.

7 MOVIMENTO NEGRO FEMINISTA

“Eu sou porque nós somos.”
- Ubuntu, filosofia africana

Vera aproveitou a posição que tinha no Sindicato de Trabalhador de Saúde Pública junto a direção para contribuir com o orçamento necessário para a causa e suas ações, assim como proporcionar o acesso à infraestrutura necessária para a organização de eventos e produção de materiais informativos, bem como no sentido de fomentar a conexão com ativistas de outras regiões no processo de rearticulação do movimento negro¹⁵ no estado. Posteriormente, Vera Baroni direcionou um enfoque ainda maior direcionado às mulheres negras.

Sua aproximação com o Movimento Feminista se consolidou a partir de seu contato com a equipe do já aqui exposto SOS Corpo, um Instituto Feminista para a Democracia, fundado em 1981 na cidade do Recife. As reuniões aconteciam inicialmente em Santo Amaro e, posteriormente, na Rua do Hospício, ambos os bairros localizados no Recife. Essas reuniões no SOS Corpo tinham como mote o intuito de promover o fortalecimento do ponto de vista organizativo e a partir das reflexões trazidas pelo Feminismo, a atuação de mulheres nos sindicatos, nos bairros e em outros espaços de articulação política.

Esses encontros influenciaram Vera, sobretudo quando passou a ocupar o cargo de Presidente do Sindicato na década de 1970, a instituir um grupo de mulheres sindicalizadas. Nesse contexto, a militância sindical dessa mulher e de suas companheiras não apenas buscava afirmar suas presenças em espaços dominados por homens, mas também visava apoiar e fortalecer outras mulheres que ainda hesitavam em enfrentar o patriarcado.

Essa experiência e seu envolvimento com o SOS Corpo culminaram em sua participação no Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), fundado em 1989 através da articulação de diversas mulheres militantes, do meio acadêmico, teóricas

¹⁵ O Movimento Negro Pernambucano começou sua rearticulação em 1979 com o objetivo de alterar o papel histórico do negro, combatendo sua marginalização. Suas primeiras ações buscavam promover pesquisas que revisassem a história e apoiassem a luta contra o racismo e o capitalismo, além de questionar a falácia da democracia racial (Queiroz, 2010). No entanto, antes desse movimento, existiu a Frente Negra Pernambucana, criada em 1934 e transformada no Centro de Cultura Afro-Brasileiro em 1937, que lutava contra a discriminação racial e defendia a educação como ferramenta de emancipação da população negra.

e do movimento de moradores e sindical. O FMPE é uma articulação feminista antirracista e anticapitalista que foi criada para unir iniciativas e experiências de auto-organização de mulheres em Recife, reunindo entidades, ONGs, sindicatos e coletivos para coordenar ações em defesa dos direitos das mulheres. Entre 2002 e 2003, Vera Baroni integrou a coordenação do Fórum, contribuindo com a missão de promover a participação política feminista, combater a violência contra a mulher, e assegurar a saúde e os direitos reprodutivos e sexuais.

Dessa sua atuação junto ao movimento feminista, Vera reconheceu que, no escopo do feminismo, ainda havia uma escassez de discussões e ações voltadas para as pautas específicas das mulheres negras. Uma vez que, o feminismo tradicional, focado principalmente nas questões de gênero, muitas vezes deixava de lado as experiências únicas das mulheres negras, que enfrentam tanto o sexismo quanto o racismo, como bem nos aponta González (1982).

Nesse contexto, o movimento negro pernambucano também ganhava força. Desde antes da década de 1970, organizações como a Frente Negra Pernambucana e o Centro de Cultura Afro-Brasileiro atuavam na defesa dos direitos e da identidade da população negra pernambucana. Contudo, de acordo com a historiadora Isabel Guillen em seu livro intitulado "Movimentos sociais negros em Pernambuco: memória(s) e história(s)", foi a partir de 1979 que o movimento negro em Pernambuco se consolidou, em especial com a criação do CECERNE (Centro de Cultura e Estudos Étnicos do Recife), que inseriu o estado no cenário nacional de luta. Segundo a autora, a partir da criação do CECERNE surgiram grupos como o Movimento Negro do Recife, que mais tarde se uniu ao Movimento Negro Unificado, integrando as lutas locais às pautas nacionais.

A articulação entre os movimentos feminista e negro foi central para Vera. Sua percepção se alinha ao que Carneiro (2003) destaca sobre a insuficiência prática e teórica do feminismo em abarcar as realidades de sociedades multirraciais. Assim como Carneiro (2003) sugere "enegrecer o feminismo" para integrar essas perspectivas, Vera também entendia ser necessário ampliar o debate feminista para incluir e priorizar as demandas das mulheres negras, reconhecendo que o combate ao racismo também é uma questão central nessa luta, sobretudo se levarmos em conta os efeitos da colonialidade. Segundo Vera,

Na história deste país as mulheres negras não têm... não aparecem nem como sujeitos de construção do conhecimento, muito menos

como protagonista[s] da construção de uma sociedade que fosse mais justa e igualitária. Nós não aparecemos, é como se não existíssemos (Baroni, 2011).

Em 2003, Vera junto a outras companheiras fundou a Uiala Mukaji – Sociedade das Mulheres Negras de Pernambuco. A criação foi fortemente inspirada pela Conferência Mundial de Combate ao Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, realizada em Durban em 2001, da qual Vera participou. Segundo Sueli Carneiro (2002), a conferência representou um momento significativo do crescente protagonismo das mulheres negras na luta contra o racismo e a discriminação racial, tanto em âmbito nacional quanto internacional

A conferência teve como objetivo reconhecer as consequências do racismo, promover os direitos humanos e fomentar o diálogo entre países.

A III Conferência constituiu um momento especial do crescente protagonismo das mulheres negras no combate ao racismo e à discriminação racial, tanto no plano nacional como no internacional. (Carneiro, 2002, p. 210).

Durante o evento, líderes e intelectuais negras, a exemplo de Sueli Carneiro, Nilza Iraci e Luisa Bairros, comentaram sobre a ausência de uma organização específica no Recife (Baroni, 2012). Esse desafio, aliado ao desejo de afirmar a identidade e resistência de mulheres negras, contribuiu para a construção de um espaço onde se fez possível a articulação junto a outras vozes na luta por direitos. A partir disso, a Uiala Mukaji foi criada em prol da luta pela proteção das tradições religiosas e da luta para que as mulheres de terreiro tivessem/tenham acesso ao direito de manterem seus cultos.

Ser mulher em uma sociedade que privilegia os homens já constitui um desafio significativo, mas para as mulheres negras essa luta é exacerbada pela exclusão sistemática que enfrentam em espaços de poder e decisão. A Uiala Mukaji surgiu justamente no sentido de confrontar essas barreiras, através do fortalecimento das mulheres negras ligadas a religiões de matriz africana, participar de espaços de construção de políticas públicas, promover a troca de conhecimentos ancestrais e valorizar a identidade da mulher negra, como destacou Vera quando afirma em sua narrativa que “[...] o Ministério Público nem olhava nas nossas caras” (Baroni, 2023). Dessa forma, organizações como a Uiala Mukaji não apenas confrontam as estruturas de opressão, mas também convidam a repensarmos o papel das mulheres de cor

preta na sociedade, garantindo que estas disputem, reivindicuem e ocupem os espaços de poder que historicamente lhes foram negados.

8 O REENCONTRO COM A ANCESTRALIDADE E A REDE DE MULHERES DE TERREIRO

Nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou atrás
- Provérbio Africano

A atuação junto ao movimento feminista negro reaproximou Vera das religiões de matriz afro-brasileira, especialmente do Candomblé, do qual já possuía história de contato na infância. Vera Baroni rememora seu primeiro contato com o Candomblé. Aos dois anos, enfrentou um problema de saúde caracterizado por lesões cutâneas que podem persistir por semanas sem cicatrização. Embora sua família tenha buscado intervenções médicas tradicionais, nenhum tratamento obteve êxito na cura de sua condição. Aos 15 anos, sua tia decidiu levá-la a uma consulta em um terreiro de Candomblé, onde lhe foi recomendado um ritual de descarrego. Após a cerimônia, Vera recebeu a orientação de que deveria desenvolver sua mediunidade e dedicar-se ao culto dos orixás, iniciando assim sua trajetória espiritual (Baroni, 2012; 2023).

Apesar da orientação recebida no terreiro, Vera inicialmente resistiu a seguir o caminho indicado. Movida pelo medo e pela incerteza em relação ao Candomblé, ela relutava em aceitar seu papel no culto aos orixás. Esse medo não foi passageiro, ao contrário, a acompanhou por anos, levando-a a adiar o compromisso com os orixás, vide sua aproximação do catolicismo. Vera relata que essa negação persistiu até próximos de seus cinquenta anos.

No entanto, foi a partir de sua militância feminista, em especial após a criação da Uiala Mukaji — uma organização voltada também para o empoderamento das mulheres negras — que essa reconexão ganhou força e propósito. Em sua trajetória, a organização reconheceu que, apesar de todas as mulheres enfrentarem opressões, havia um grupo que se encontrava em maior desvantagem na sociedade pernambucana: as mulheres de terreiro.

Foi nessa circunstância que, em uma noite de Terça Negra¹⁶, no Pátio de São Pedro, Recife, Vera assistia à apresentação do Afoxé quando foi chamada ao palco por Maria Helena, cantora e percussionista, que exerce o cargo lyakekerê, sendo

¹⁶ Em 1998 nasce o Projeto Cultural Terça Negra organizado pelo Movimento Negro de Pernambuco. Inicialmente os eventos aconteciam no Pagode do Didi, situado no centro da cidade do Recife, atrás do prédio do Correio Central, mas em 2002 a Terça Negra foi transferida para o Pátio de São Pedro, onde permanece até os dias atuais. O projeto busca promover encontros culturais, artísticos e religioso da população afro-brasileira.

também uma das idealizadoras da Rede de Mulheres de Terreiro em Pernambuco (Souza, 2014). Em um gesto simbólico, Maria Helena retirou uma pulseira sagrada, o Idé de Oyá¹⁷, e a colocou no braço de Vera, emocionando-a profundamente. A partir desse dia, Vera começou a frequentar o terreiro Obá Aganju Okoloyá Terreiro de Mãe Amara, aprofundando sua ligação espiritual e se fortalecendo em sua identidade como mulher de terreiro.

Pode-se dizer que o afastamento de Vera Baroni da Igreja Católica, a qual foi devota por muitos anos, configura um processo profundo de crítica e reflexão pessoal. Desde a juventude, Vera esteve ativamente engajada na vida da igreja, tendo em vista que frequentava missas e participava das atividades pastorais. Contudo, à medida que amadureceu, começou a perceber uma crescente desconexão entre os ensinamentos do evangelho e as práticas da instituição.

Esse processo de conscientização não se limitou à crítica das práticas da igreja, mas também se expandiu para incluir uma análise mais ampla das atrocidades e injustiças associadas à ala reacionária da instituição. Vera começou a reconhecer a hipocrisia de uma estrutura que, em simultâneo, clamava pela compaixão, mas perpetuava desigualdades raciais e sociais. Culminando em um retorno às suas raízes ancestrais e a um entendimento mais amplo de fé e militância. (Baroni, 2012; 2023)

Atualmente, Vera ocupa o papel de Yabassê¹⁸ no terreiro Ilê Obá Aganjú Okoloyá, sob a orientação de Mãe Amara, em Dois Unidos, Recife. Nesse espaço, a culinária é fundamental e a cozinha sagrada é administrada por mulheres que exercem funções essenciais na ritualística, principalmente as Yabassês, que são figuras femininas respeitadas na tradição. São senhoras mais velhas, reconhecidas por seu profundo conhecimento das práticas alimentares ligadas aos orixás.

A Yabassê tem a importante tarefa de dominar todos os aspectos das comidas sagradas, garantindo que cada ritual de preparação seja mantido com a devida reverência, tanto para os orixás quanto para a comunidade do terreiro.

As mulheres de santo negras têm um papel importante no movimento de afirmação da identidade racial, seja agenciando novas práticas de organização de pessoas negras, seja preservando a memória. Segundo Sueli Carneiro e Curry,

¹⁷ Bracelete, pulseiras de cobre que compõem as ferramentas de Oyá. Oyá é um Orixá feminino das ventanias e tempestades, que, no Brasil, também é vastamente conhecido com o nome de Iansã (Silva, 2009).

¹⁸ Yabassê é a responsável pelo preparo dos alimentos sagrados. (Freire Filho, 2016)

Vida, memória e resistência marcam os terreiros de Candomblé, nos quais essa memória é viva, preservada e transmitida de geração a geração pela tradição oral (CARNEIRO: CURRY, 2008).

No cenário brasileiro, marcado pelo legado colonial e pela imposição de uma cultura cristã e eurocêntrica, a mulher negra de terreiro encontra-se em uma situação de constante marginalização, enfrentando um cenário de múltiplas opressões que atravessam as esferas de raça, gênero e religiosidade.

Essa marginalização resulta não apenas de uma desvalorização de sua identidade enquanto mulher e negra, mas também da criminalização de suas práticas religiosas. A violência que sofrem, seja física, simbólica ou institucional, é reflexo de um racismo religioso que ainda permeia a sociedade brasileira. Para Flor Nascimento,

O que se ataca é precisamente a origem negra africana destas religiões. Por isso, vejo uma estratégia racista em demonizar as 'religiões' de matrizes africanas, fazendo com que elas apareçam como o grande inimigo a ser combatido, não apenas com o proselitismo nas palavras, mas também com ataques aos templos e, mesmo, à integridade física e à vida dos participantes destas 'religiões'. Portanto, isso que visualizamos sob a forma da intolerância religiosa nada mais é que uma faceta do pensamento e prática racistas que podemos chamar de racismo religioso. (Nascimento, 2016, p.168)

Nesse cenário, as religiões de matriz afro-brasileira e seus praticantes, especialmente as mulheres negras, tornam-se alvos prioritários de um processo contínuo de desumanização que não apenas reforça a opressão histórica, mas também legitima práticas violentas através de discursos racistas e conservadores¹⁹.

Entretanto, os terreiros vão além de simples locais de culto. São manifestações vivas da ancestralidade africana e da resistência negra ao longo da história do Brasil. Eles desempenham um papel crucial na afirmação das raízes e na luta incessante pela igualdade racial.

É a partir dessa trajetória de luta que se forma a Rede de Mulheres de Terreiro em Pernambuco, dado que no âmbito do feminismo e organizações de mulheres negras, a religiosidade estava sempre em pauta nas discussões. Na Uiala Mukaji, mencionada anteriormente, já havia o objetivo de fortalecer as mulheres negras

¹⁹ Exemplo dessa violência aconteceu em 2021 em Pernambuco, quando um pastor usou suas redes sociais para promover discriminação e ódio, associando práticas religiosas de matriz africana a termos pejorativos como "feitiçaria" e "satanismo". Diante dessa violência, a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco acionou o Ministério Público de Pernambuco, denunciando a intolerância religiosa (Alma Preta, 2021).

ligadas às religiões de matriz afro-brasileira, contudo, essa articulação ficou mais forte a partir da formação da citada Rede.

Em um dos encontros realizados no terreiro de Maria Helena, foi sugerido que organizassem um dia especial para convidar mulheres de outros terreiros, a fim de dialogar sobre o Candomblé e as experiências que marcam a vida dessas mulheres. Como fruto desses diálogos, em 2007, foi oficialmente criada a Rede de Mulheres de Terreiro de Pernambuco, sendo a primeira no estado.

A Rede das Mulheres de Terreiro de Pernambuco não é uma organização não governamental. Ela não possui personalidade jurídica e também não gera vínculos empregatícios. Todas as formas de participação são voluntárias. A Rede é uma articulação de terreiros de várias denominações dos cultos afrobrasileiros e indígenas, 51 existente em Pernambuco, 21 representados pelas mulheres, é um grupo que se reúne para discutir temas que lhes são pertinentes e que demandam atividades políticas, sociais, mas também religiosas. [...]. De acordo com o relato das mulheres, há duas instâncias oficiais, que é a Coordenação Colegiada, e o Conselho Religioso (Meira, 2014, p. 50-51).

A proposta era reunir mulheres do Candomblé, da Umbanda²⁰ e da Jurema²¹ a se encontrarem mensalmente, de forma itinerante, em diversos terreiros, além de organizar anualmente um encontro.

De acordo com Vera,

Em 2007, nós fizemos um encontro com mulheres religiosas lá em Pernambuco. Porque, na verdade, nós identificávamos que tinham muitas mulheres idosas das religiões de matriz africana que estavam passando muitas necessidades e não se beneficiavam daquilo que, por exemplo, a Previdência Social tinha disponível para essas mulheres. Então nós decidimos nos encontrar e trocar entre nós, reunir também as diferentes nações porque, você sabe, têm algumas nações do Candomblé que elas têm uma predominância, uma hegemonia maior do que outras; então decidimos nos juntar, nós mulheres, e conversar sobre as questões de nosso interesse religioso, mas também sobre a busca de benefícios sociais para idosas. Quando fomos fazer uma avaliação desse encontro nós decidimos constituir uma Rede. Uma Rede das Mulheres de Terreiro. E a Uialá Mukaji se deu essa tarefa de reforçar essa decisão dessas mulheres de terreiro,

²⁰ A Umbanda é uma religião afro-brasileira que surgiu da interação entre tradições religiosas africanas, indígenas e europeias. Ela absorveu influências de diversas culturas africanas, como as nações jeje, nagô e bantu, e também incorporou práticas indígenas e elementos do catolicismo e do espiritismo kardecista (Jorge, 2013).

²¹ A Jurema é uma religião presente no Nordeste brasileiro, abrangendo tanto áreas rurais quanto urbanas. Ela se apropriou da cosmologia africana e a mesclou com a cosmologia indígena, além de incorporar elementos da Umbanda, do espiritismo kardecista e do catolicismo popular, incluindo figuras como os santos católicos e Jesus Cristo (Rodrigues; Campos, 2013).

fortificar essa Rede e fazer com que ela pudesse crescer e falar por si própria (Baroni, 2011).

Nesse contexto, é preciso mencionar que as organizações de mulheres de religiões de matriz afro-brasileira, como a Rede das Mulheres de Terreiro de Pernambuco, desempenham um papel crucial na luta por direitos sociais, suas ações se desenvolvem através da efetivação dos

[...] direitos humanos, combatendo o racismo, a violação da liberdade e os direitos de crença e culto, com outras mulheres brasileiras [...] integra o controle social das políticas públicas municipais e estadual, visibiliza a identidade protagonismo das mulheres de terreiro e destes como espaço de acolhimento de promoção da saúde e atua no combate à violação da liberdade e direito de crença e culto. Não possui sede e reúne-se de forma itinerante nos terreiros, roças e barracões. (Meira; Baroni, 2010, p. 39)

Dessa forma, ao se organizarem, elas não apenas preservaram suas tradições culturais, mas também desafiam a exclusão social e o racismo, criando espaços de resistência e empoderamento. A organização da rede teve um impacto significativo na vida de Vera, ao oferecer um espaço onde sua espiritualidade se entrelaçou com a militância política. Atualmente, ela integra a Coordenação Executiva Colegiada da Rede das Mulheres de Terreiros, liderando articulações centradas, sobretudo, em questões feministas. Ademais, essa experiência fortaleceu a afirmação de sua identidade como mulher negra e de terreiro.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, este trabalho buscou reafirmar a importância de desmistificar narrativas que, historicamente, relegaram as mulheres negras a papéis de submissão e resignação, papéis estes que resultaram em marginalizações que ainda hoje atravessam suas experiências. A falta de visibilidade de suas contribuições para a cultura e sociedade brasileira é um reflexo do racismo sistêmico que permeia a construção histórica do país, tentando ocultar a face negra e feminina.

Nesse sentido, este estudo ressalta que elas são, também, agentes essenciais de transformação, cuja resistência diária moldaram e continuam a moldar o país. Exemplos como Dandara dos Palmares, que lutou contra a escravidão e pela liberdade no Brasil colonial, e Tereza de Benguela como líder quilombola, destacam a força e a liderança das mulheres negras. No campo da escrita, Carolina Maria de Jesus trouxe, com sua escrita-denúncia, as vozes silenciadas das favelas, expondo as desigualdades e a violência vivida pelos marginalizados. Lélia Gonzalez, com suas pesquisas pioneiras, articulou questões de raça, gênero e classe, contribuindo para o entendimento das dinâmicas de opressão e resistência enfrentadas pelas mulheres negras. Já Vera Baroni, através de sua militância e envolvimento com diversos movimentos sociais. Essas mulheres, em diferentes tempos e contextos, evidenciam a centralidade das mulheres negras na transformação da sociedade brasileira.

Desde as primeiras africanas sequestradas e trazidas forçadamente para o país até à atualidade, as mulheres negras sempre estiveram na luta pela sua sobrevivência e dos seus. Essas mulheres, além de serem responsáveis pelos afazeres domésticos de seus senhores, também se dedicavam ao trabalho nas plantações, realizando tarefas árduas semelhantes às dos homens negros. De modo que essas mulheres, ao mesmo tempo em que eram submetidas a um regime brutal de exploração, também encontraram maneiras de lutar pela sua autonomia, preservando suas culturas, organizando-se em irmandades e quilombos, e transmitindo saberes e práticas que garantiam a sobrevivência de suas comunidades (Davis, 2016; Silva; Bezerra, 2021). As mulheres negras não apenas resistem à opressão racial e de gênero, mas também forjam suas próprias formas de organização política e social, como os movimentos de mulheres negras, que surge como forma de reivindicar direitos fundamentais e denunciar a opressão múltipla que sofrem.

As mulheres negras não são figuras coadjuvantes, elas sempre atuaram ativamente na disputa por seus direitos e por um espaço na sociedade. Por essa longa história de resistência às opressões é que as mulheres negras lutaram e ainda lutam para se inserir nos espaços políticos e serem vistas como sujeitos políticos. De acordo com González (2011), ao longo da história das mulheres negras, suas participações em movimentos populares e partidos políticos foram marcantes, evidenciando um esforço coletivo para se organizar e reivindicar direitos.

Esse engajamento pode ser exemplificado pela história de Vera Baroni, cujo percurso formativo é o foco desta pesquisa. A trajetória de Baroni enriquece a historiografia brasileira ao destacar a resistência das mulheres negras contra diversas formas de opressão, desafiando a narrativa histórica predominante que frequentemente silencia suas experiências. As ações de Baroni — incluindo sua participação na luta por direitos civis, seu envolvimento com organizações de base comunitária e sua atuação em movimentos sindicais e de bairro, além de seu trabalho voltado para a saúde, além de sua atuação junto mulheres negras e em especial as de terreiro — demonstram que ela não se calou diante de um sistema opressor. Ao contrário, emergiu como uma protagonista de sua própria história de resistência, guiada pela convicção de que "quem transforma a sociedade é o povo organizado" (Baroni, 2012).

A experiência de Vera ilustra bem que a busca por justiça e igualdade é um esforço conjunto e colaborativo. Dessa forma, sua história não apenas enriquece a historiografia, mas também serve como uma poderosa inspiração para a luta coletiva por direitos e pela visibilidade das experiências das mulheres negras no Brasil e no cenário de estudo/produções acadêmicas. Além de promover uma escrita da história das mulheres negras que reconhecem seus feitos e experiências e os valorize.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Juliene. A luta dos movimentos sociais urbanos no Recife: criação e manutenção do prezeis. *In: Il Simpósio Lutas Sociais na América Latina*, v.17, Londrina. *Anais [...]*. Paraná: UEL, 2006.
- BARBOSA, Julia Letícia Carmago. “Conhecendo o Inimigo: criminalidade política e subversão no DOPS mineiro na ditadura militar. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del Rei, 2012.
- BRASIL. Secretaria da Justiça do Estado de Pernambuco; Processo de Indenização Vera Baroni, 2009.
- BARONI, Vera. Oficina: Convenções sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial (CERD) e contra a mulher (CEDAW) – articulando conceitos para seu cumprimento conjugado no Brasil. *In: Mulher negra: sujeito de direitos: e a convenção para a eliminação da discriminação*. Brasília: AGENDE, 2006.
- BARONI, Vera. Quem transforma a sociedade é o povo organizado. [Entrevista cedida a Verônica Ferreira]. *Cadernos de crítica feminista*. Ano VI, Nº VQ/Dezembro. Recife, 2012. Disponível em: <https://soscorpo.org/?p=246>. Acesso em: 20 jul. 2024
- BARONI, Vera. Entrevista com Vera Baroni. [Entrevista cedida ao Aye Antropologia]. Recife, 2023. Vídeo (48:59 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fvgtt0LcTwQ>. Acesso em: 25 jul 2024.
- CAMPOS, Zulrica Dantas Pereira. De Xangô a Candomblé: transformações no mundo afro-pernambucano. *Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, Belo Horizonte, v. 11, p. 13-28, 2013.
- CARNEIRO, SUELI. A batalha de Durban. *Revista Estudos Feministas* [online]. 2002, v. 10, n. 1 [Acessado 22 Set. 2024], pp. 209-214. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100014>> 2002.
- CARNEIRO, SUELI. *A Construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser*. São Paulo: FUESP, 2005. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. *In: ASHOKA EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.)*. *Racismos contemporâneos*, Rio de Janeiro: Takano, 2003
- CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza; COSTA, Albertina Gordo de Oliveira. *Mulher negra; Política Governamental e a mulher*. São Paulo, Brasil: NOBEL; Conselho estadual da condição feminina, 1985
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARNEIRO, Sueli; CURY, Cristiane Abdon. *O candomblé*. *In: Guerreiras da natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente*. São Paulo, Brasil: Selo Negro, 2008.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: *enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. In: *CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, 8., 2004, Coimbra. Anais [...]. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORREIO DO CIDADÃO. Minha escrita é contaminada pela minha condição de mulher negra. 2021. Disponível em: <https://www.correiodocidadao.com.br/curta/minha-escrita-e-contaminada-pela-minha-condicao-de-mulher-negra/>. Acesso em 17 de set. 2024

CUNHA, Eduardo. *Reunião Solene de entrega do Título de Cidadã do Recife à Vera Baroni*. 2023. 1 fotografia. 400x 267 pixels. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/lianacirne/52959604336>. Acessado em: 30 de set. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. *The University of Chicago Legal Forum*, n. 140, p. 139-167, 1989.

DA SILVA, Juliana Santos; DE SOUZA BEZERRA, Leila Maria Passos. Feminismos e Decolonialidade: formas de resistências de mulheres negra. In: X Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2021. Maranhão. Anais [...]. UFMA: Universidade Federal do Maranhão. 2021.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016

DE OLÍVEIRA MATTOS, Raimundo César. A Juventude Operária Católica. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 1–15, 2009. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/151>. Acesso em: 02 set. 2024.

DOMINICÉ, Pierre. O processo de formação e alguns dos seus componentes relacionais. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Orgs.). *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde.1988.

DO NASCIMENTO, Wanderson Flor. Sobre os candomblés como modo de vida: Imagens filosóficas entre Áfricas e Brasis. *Ensaio Filosóficos*, v. 13, p. 153-171, 2016.

FAVERO, Osmar (org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FERREIRA, Rafael Leite. *O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências*. Editora UFPE, 2012.

FIALHO DA SILVA, Cátia Aparecida. Macabéa: o retrato de um nordeste minorizado. *Perspectivas Sociais*, 6(1), 2021. Disponível: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/percsoc/article/view/20197>. Acesso em 15 de Ago. 2024.

FREIRE FILHO, Sinvaldo de Luna. *Modernidade versus tradição: em torno da leitura da comida sagrada dos orixás nas religiões afro-brasileiras em João Pessoa-PB*. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal da Paraíba, PB, 2016.

GOHN, Maria Glória. Educação não-formal na pedagogia social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1, 2006a, São Paulo. *Anais...* São Paulo [s. n.], 2006.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador*. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs, 1984.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n.º 92/93.(jan.jun.), 1988.

GONÇALVES, Renata. Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento: contribuições para o combate à tríade capitalismo-patriarcado-racismo. In: ABRAMIDES, Beatriz (org.). *Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos*: São Paulo: EDUC, 2021.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Companhia das Letras, 2020.

JORGE, Érica F. da C. Umbanda: a problemática questão de suas origens, o arranjo de sua cosmovisão. *Vivência: Revista de Antropologia*, [S. l.], v. 1, n. 41, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/4716>. Acesso em: 30 set. 2024.

HOOKS, bell. Intelectuais Negras. *Revista de Estudos Feministas*, vol. 3, nº2, Florianópolis, UFSC, 1995.

HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Trad. Cátia Bocaiúva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019

KILOMBA, Grada. “Descolonizando o conhecimento - uma palestra-performance de Grada Kilomba”. Tradução: Jessica Oliveira - Disponível: <<https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/kilomba-grada-ensinando-a-transgredir.pdf> > Acesso em: 20 Ago 2024

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó, 2019.

LIMA, Ivanildo Marciano de França; GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Movimentos sociais negros em Pernambuco: memória (s) e história (s)*. Recife: Ed. UFPE, 2021.

MEIRA, Fernanda; BARONI, Vera. Obirin N’Ilê: a expressão coletiva de nossas necessidades. Recife: ISBA-Instituto Social Brasil África, 2010.

MEIRA, Fernanda. Afirmação da Identidade Religiosa e constituição do sujeito político das Mulheres de Terreiro de Pernambuco. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPE,

Recife,

OLIVEIRA, Sérgio Murilo Ferreira. Os trabalhadores urbanos e a ditadura militar. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 2436, abr./jun. 1987.

QUEIROZ, Martha Rosa Figueira. *Onde cultura é política: movimento negro, afoxés e maracatus no carnaval do Recife (1979 - 1995)*. 2010. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, p. 227-278. Buenos Aires: Clacso, 2005.

Rodrigues, Michelle Gonçalves e Campos, Roberta Bivar Carneiro. Caminhos da visibilidade: a ascensão do culto a jurema no campo religioso de Recife. *Afro-Ásia*. 2013, n. 47, pp. 269-291. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21284/13865>. Acessado em 30 set. 2024.

RUFINO, Alzira. *Eu, mulher negra, resisto*. Santos: Edição da autora, 1988.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo : Perspectiva, 2002.

SANTANA, Lizandra Silva. As disputas de poder simbólico no campo religioso cachoeirano 1980-2000. In: XIII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões. *Anais [...]* São Luís: UFMA, 2012.

SOUZA, Fernanda Meira. Afirmção da identidade religiosa e constituição do sujeito político das mulheres de terreiro de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco; Recife, 2014.

SILVA, Edineide Maria da. O método Paulo Freire e a sua importância para a alfabetização de jovens e adultos. 2022. Trabalho de conclusão de curso (Pedagogia) - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2022.

SCARPIM, Fábio Augusto. Memória sobre a infância de campo Largo, Paraná. in: XIII Encontro Nacional de História Oral: História Oral, práticas educacionais e interdisciplinaridade. *Anais [...]* Rio Grande do Sul: UFRGS, 2016.

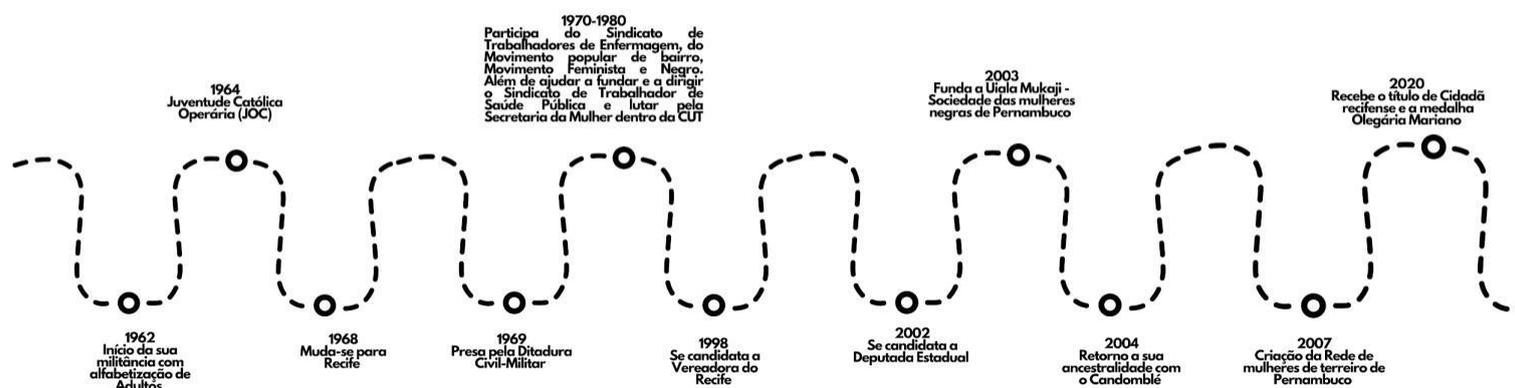
TEMPESTA, João Orani. Cem anos da legião de Maria. CNBB, 2021. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/cardeal-orani-cem-anos-da-legiao-de-maria/>. Acesso em: 15 de set. 2024.

SCHIAVO, Reinaldo Azevedo. Comunidades Eclesiais de Base e ditadura militar no Brasil: Reflexões sobre uma memória cinquentenária. *Revista Ciências da Religião - História e Sociedade*, [S. l.], v. 12, n. 2, 2014. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/7522>. Acesso em: 9 set. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A - LINHA DO TEMPO DA TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO POLÍTICA DE VERA BARONI

LINHA DO TEMPO Trajetória Formativa de Vera Baroni



Fonte: elaborado pela autora.